

Apontamentos sobre a relação entre liberdade de imprensa e identidade profissional dos jornalistas

Notes about the relation between freedom of press and journalist's professional identity.

Kênia Maia | keniamia@yahoo.com

Doutora em Ciências da Informação e da Comunicação pela Universidade Paul Verlaine-Metz (França) e professora do departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, da UFRN.

Fábio Henrique Pereira | fabiop@gmail.com

Doutor em Comunicação e Professor da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB).

Resumo

No artigo discutimos as relações entre a noção de liberdade de imprensa e a construção da identidade profissional no jornalismo. Como ponto de partida, faremos uma revisão da concepção liberdade de imprensa formulada inicialmente pelos filósofos do Iluminismo. Analisaremos como esses conceitos fazem parte do discurso de autolegitimação da profissão jornalística e participa da identidade do grupo profissional dos jornalistas.

Palavras-chave: Grupo Profissional; Identidade Profissional; Liberdade de Imprensa; Jornalismo.

Abstract

This paper discuss the relations between the conception of freedom of press and the construction of a professional identity on journalism. As a departure point, we do bibliographical revision of the press freedom definition as it was initially elaborated by Illuminist philosophers. After that, we investigate how such concepts integrate journalists' self-legitimizing discourse and also how it participates on the construction of their identity.

Keywords: Professional Group, Professional Identity, Freedom of Press, Journalism.

Introdução

Esse trabalho se enquadra num projeto de pesquisa mais amplo sobre as mudanças estruturais no jornalismo, através da identificação e da análise das modificações nas identidades, práticas, rotinas profissionais dos jornalistas, nas relações com os públicos e nas implicações da convergência midiática. Em relação à identidade profissional, vamos analisar o processo de apropriação da noção de liberdade na produção de um discurso sobre a identidade e as práticas profissionais dos jornalistas no Brasil. Neste artigo discutiremos as relações entre a noção de liberdade de imprensa e a construção da identidade profissional no jornalismo.

Parte-se da idéia de que ética e deontologia integram os mecanismos de legitimação profissional no jornalismo. Elas são apropriadas na mediação das tensões entre as dimensões técnicas e intelectuais da prática jornalística para a construção de uma identidade e um conjunto de práticas profissionais que buscam a distinção (por vezes imperfeita) entre os jornalistas e outros atores sociais: políticos, escritores, etc. (RUELLAN, 1993). Esses discursos são evocados e retrabalhados no desenvolvimento de uma legitimidade e de uma representatividade, que aparecem como homogêneas e estáveis para a sociedade.

Assim, como ponto de partida para este artigo, faremos uma revisão exhaustiva da concepção francesa de liberdade de imprensa formulada inicialmente pelos filósofos do Iluminismo. Analisaremos como esses conceitos fazem parte do discurso de autolegitimação da profissão jornalística e participam da identidade do grupo profissional dos jornalistas. Assim, buscaremos compreender como esse debate foi apropriado na construção de um *modus operandi* no jornalismo, capaz de equilibrar, do ponto de vista da deontologia, a tensão entre liberdade para informar e os efeitos causados pelo abuso desse direito pelos jornalistas. A seguir, aplicaremos esse debate à questão da identidade profissional e das diferentes formulações sobre o papel do jornalista na sociedade.

Jornalismo e identidade: pressupostos teóricos

Antes de iniciarmos essas discussões, é preciso definir a perspectiva teórica utilizada. As definições de liberdade apresentadas a seguir possuem obviamente um caráter normativo, ou seja, não correspondem necessariamente à realidade *tout court*. Dificilmente, a noção de liberdade de imprensa defendida pelos iluministas é seguida à risca pelos jornalistas e o seu potencial como instrumento de manutenção e aprimoramento da democracia sempre foi limitado. Isso não significa dizer que tal liberdade seja nociva ou que possam existir regimes democráticos sem imprensa. Mas partimos da constatação de que o conceito de liberdade de imprensa não pode ser tratado como uma verdade inquestionável ou que a incapacidade de aplicá-la seria, na verdade, uma falha no funcionamento do jornalismo. Tal noção liberdade está certamente presente no cotidiano dos jornalistas, mas no plano simbólico e discursivo. É nesse âmbito que ela deve ser analisada.

Podemos dizer que a liberdade é apenas uma palavra. Mas, mesmo sendo uma palavra, ela adquire existência real quando inculcada num determinado universo a partir de um trabalho de socialização:

Este princípio de construção é um dos elementos constitutivos do nosso habitus, uma estrutura mental que, tendo sido inculcada em todos os cérebros socializados de uma certa forma, é ao mesmo tempo individual e coletiva; esta é uma lei tácita (nomos) da percepção e da prática que é o fundamento do consenso sobre o senso do mundo social ao fundamento do senso comum. (BOURDIEU, 1993, s.p..)1

A noção de liberdade, vista sob o plano simbólico, é fundamental para a estruturação do campo jornalístico porque permeia suas relações com os campos político, econômico e intelectual. Ela é apropriada pelos diferentes atores nas suas estratégias de dominação e legitimação, moldando comportamentos individuais e coletivos. Quando nos debruçamos sobre o plano discursivo estamos, na verdade, fazendo referência a várias noções de liberdade que são apropriadas sob múltiplas formas pelos atores sociais na defesa de interesses políticos, econômicos e corporativos, na criação de leis, códigos e normas de conduta² ou na definição de identidades e práticas sócio-discursivas.

Já Ringoot e Utard (2005) chamam isso de *dispersão* do jornalismo. O conceito, emprestado da semiologia de Michel Foucault para localizar o jornalismo em um interdiscurso, permite caracterizar essa atividade como uma formação discursiva. Com efeito, os autores vão se centrar na descontinuidade do discurso jornalístico, evidenciado pela heterogeneidade dos elementos sócio-discursivos (objetos, declarações, conceitos/estratégias), que lhe são característicos. Partindo dessa perspectiva, Ringoot e Utard situam o jornalismo como o resultado de diferentes relações entre seus elementos no interior da formação discursiva - suas regras de dispersão. E também como um espaço aberto nas relações que ele estabelece com outros discursos, que, por analogia, similaridade ou complementaridade, lhe conferem uma particularidade:

Definiremos a formação discursiva jornalística como uma fonte de tensão entre a ordem e a dispersão. Ordem e dispersão de informações, enunciações, estratégias. Esta noção de dispersão permite de pensar a heterogeneidade do jornalismo como constitutiva e intrínseca (...) Nessa apropriação conceitual, trata-se de considerar um discurso identificado e identificável é constituído sob a ação de fatores e atores heterogêneos (RINGOOT; UTARD, 2005, 42-43)

Se a noção de dispersão jornalística preconiza a ausência de uma unidade discursiva do jornalismo, os conceitos de fronteira profissional (RUELLAN, 1993) e de mundo social (BECKER, 1982) destacam o processo empreendido pelos atores na construção de suas práticas. Segundo Denis Ruellan, essas dinâmicas são baseadas nos esforços de distinção que os grupos profissionais fazem para definir e administrar seu espaço, que resulta em um processo de negociação permanente que permite aos jornalistas redefinir constantemente as suas competências, manter seu território profissional e assegurar a reprodução como grupo social. Neste contexto, os atores sociais utilizam argumentos de legitimação e de justificação da sua competência, cujo discurso deontológico é um dos componentes (PARADEISE, 1985). Esse é um mecanismo para reduzir as ambiguidades e construir uma representação social de seus práticas que são apresentadas como estáveis e homogêneas.

Conjuntamente com o processo social, esses movimentos de gestão dos interesses do grupo social são recorrentes. Para compreendê-los, Ruellan (1993) toma emprestado da geografia o conceito de fronteira para formar a noção de *fronteira profissional*, que se refere à noção de um território profissional, que ao mesmo tempo é fechado (para produzir a exclusão de amadores) e aberto (para incorporar novas competências e novos atores).

Trata-se da mesma metáfora utilizada por Becker e teóricos da Escola de Chicago para definir os mundos sociais como uma rede de indivíduos envolvidos em uma atividade cooperativa. Esses atores coordenam suas práticas tendo como base um conjunto de convenções, interesses e artefatos comuns para a realização de um ato social mais amplo (BECKER, 1982; STRAUSS, 1992). A partir desta perspectiva, é possível inferir que as práticas jornalísticas, identidades, os formatos narrativos, as regras deontológicas etc., tomadas como *convenções*, são o resultado de diferentes dinâmicas de interação simbólica. Mesmo quando se mostram estáveis, tal estabilidade passa a ser o resultado de uma ordem social negociada e permanentemente confrontados, reinterpretadas e transformadas pelos atores. “*Conventions represent the continuing adjustment of the cooperating parties to the changing conditions in which they practice, as conditions changes, they change*” (BECKER, 1982, 59).

Uma vez que o conceito de rede cooperativa dos mundos sociais se refere à extensão variável de práticas sociodiscursivas que se estendem por toda a sociedade – pode-se dizer que a construção de convenções em uma atividade não é indiferente ao que acontece nos outros espaços sociais. É, portanto, a mesma idéia de abertura encontrada na noção de *dispersão* (abertura de regras de discurso) e *fronteiras* (abertura de interesses, de práticas e de identidades profissionais), mas aplicado em uma perspectiva analítica ampla.

O jornalismo como uma construção social

Aplicado à análise da prática jornalística, o referencial teórico questiona a idéia de uma suposta “natureza” da prática jornalística e coloca em evidência o papel dos atores sociais (situados em diferentes espaços) e dos discursos emitidos por eles na construção do jornalismo (e de outras práticas sociais). Dialoga-se, portanto, com a idéia de uma identidade profissional construída por diferentes instâncias de interação simbólica (STRAUSS, 1992), que vão da relação face-a-face entre os atores até a relação que estes estabelecem com mitos, conceitos, abstrações e outras dimensões sociais marcadas por diferentes níveis de estabilidade. É nessa perspectiva que se insere a relação entre a liberdade de imprensa e a identidade profissional no jornalismo.

Embora se mostre como um conceito naturalizado, homogêneo e ‘sem costuras’, a identidade profissional resulta do esforço dos grupos em argumentarem no sentido de impor uma legitimidade social. Uma vez estabelecidos, a durabilidade de um estatuto dependerá igualmente da aptidão do grupo profissional para “*entretar a relação entre os seus argumentos fundadores e sua prática*” (PARADEISE, 1985, 18). Os argumentos de legitimação e de justificação da competência de um grupo profissional são fundados sobre os eixos

da necessidade, da ciência e da competência. E também na idéia de que as profissões se constituíam a partir de um processo linear e universal de modo a reduzirem as ambigüidades e garantirem a continuidade e a reprodução da profissão. Em caso de desestabilização, provocada por uma crise profissional ou de questionamentos sobre a competência e ou do monopólio sobre determinadas práticas, os grupos profissionais devem recorrer aos princípios de legitimação e de justificação que asseguram a sua autonomia. Para tanto, eles vão se apropriar de valores não que faziam parte da argumentação inicial.

Esta postura teórica considera, portanto, a competência profissional como uma construção social, que evolui no tempo e que é composto por vários elementos, por recursos que serão diversamente mobilizados pelos atores sociais em cada situação. A construção da competência permite descobrir certos aspectos de um grupo profissional, resgatando seu discurso legitimador, encarado como um grupo em processo contínuo de construção e de legitimação. Ela autoriza também considerar os grupos profissionais não somente como coesão de identidades, de valores, de práticas, de estatutos, de qualificação, movidos pelo desinteresse e interesse geral, segundo uma abordagem funcionalista, mas também como construção enunciativa e organizacional.

Por mais que um discurso possa parecer estável – chegando a ser naturalizado ou visto como integrante da “estrutura social” – ele não é indiferente da ação individual ou coletiva dos atores sociais que com ele interagem. A liberdade de imprensa, como veremos a seguir, foi publicizada por pessoas dentro de contextos específicos. O processo de interiorização da liberdade remete, em última instância, ao modo como cada indivíduo interpreta simbolicamente esse discurso a partir da sua experiência pessoal. As noções de liberdade e suas implicações no cotidiano dos jornalistas estão sempre sendo confrontadas e alteradas no decorrer do tempo. Nosso esforço, nesse sentido, é muito mais de sistematizar posições e propor debates do que estabelecer uma vinculação definitiva entre liberdade de imprensa e identidade profissional.

Uma arqueologia dos discursos sobre liberdade de imprensa

Encarar a liberdade de imprensa como uma das mais importantes liberdades, por vezes a liberdade fundamental, é herança do Iluminismo e dos liberais; Voltaire, Rousseau e Diderot compartilhavam esse ideal. Desde os primórdios da imprensa, ela era considerada um dos pilares dos Estados que se fundavam sob a reivindicação de liberdade, da razão, da publicidade, essa última compreendida como o ato de tornar públicos os atos e as ações. Na concepção do Iluminismo, ao assegurar a publicidade, o controle dos atos do poder público e o triunfo da verdade e da razão, a liberdade de imprensa favoreceria a aplicação de todas as demais liberdades. De outro lado, a ausência desse direito, a imposição da censura e da autorização prévia significaria a destruição de todas as demais liberdades. Os possíveis inconvenientes causados pela liberdade de imprensa – como “a revolta”, os “tumultos populares”, “a calúnia”, “a difamação” – seriam minúsculos ao lado das vantagens e não justificariam nenhuma medida de restrição da imprensa. Convém lembrar que, no início da

segunda metade do século XVIII, a França, berço do Iluminismo, vivia sob a égide da censura e da autorização prévia.

Na *Enciclopédia*, editada entre 1751 e 1772 sob a direção de Diderot, o verbete “Imprensa” responde a esses questionamentos: “*Os inconvenientes dessa liberdade são pouco consideráveis em relação às suas vantagens, que deveria ser o direito comum do universo*”. No verbete “Libelo”, esse tema é retomado e complementado com a diferenciação entre países que permitem e que proíbem a liberdade de expressão: “*Geralmente, todo país no qual não é permitido pensar e escrever seus pensamentos deve necessariamente cair na estupidez, na superstição e na barbárie. (...) Na democracia, não convém coibir os libelos, pois quem os pune criminalmente são os governos absolutistas e aristocráticos*”.

No fim do século XVIII, a Inglaterra era um exemplo de relativa liberdade de imprensa. Mesmo se a imprensa era ainda submetida à caução, a censura tinha sido abolida em 1695, o que resultou em uma floração de publicações. Na França, a liberdade de imprensa era associada pelos seus defensores ao crescimento econômico da Inglaterra. O poeta Mirabeau, por exemplo, afirmava: “*Tirem da Inglaterra essa preciosa liberdade que ela desfruta, e em breve, essa nação florescente não será mais que um objeto de piedade para todos aqueles que ela excita a inveja e merece a admiração*” (MIRABEAU, apud BELLANGER et al., 1969, 414).

É exatamente a obra de um inglês que Mirabeau resgata para pedir a liberdade de imprensa no momento da convocação dos Estados Gerais de 1788. Quando em 1644, John Milton publica seu *Areopagitica. Pela liberdade de imprimir sem autorização nem censura*, o parlamento do seu país tinha acabado de restabelecer a autorização prévia para a publicação de livros e a impressão era uma prerrogativa acordada pelo monarca às editoras autorizadas. Nessa época, liberdade de imprensa significava a liberdade de imprimir todo tipo de material sem censura nem autorização, e, sobretudo, a liberdade de expressão dos pensamentos, opiniões e idéias. Na sua obra, Milton prescreve uma liberdade de criação e descreve as vantagens da latitude da escolha e os perigos da censura. *Areopagitica* é uma reivindicação da liberdade de consciência. Milton sugere que o fim da censura e o acesso a todas as opiniões e a todos os argumentos representam a possibilidade de fazer escolhas utilizando a razão e a própria consciência. Um conhecimento sem as limitações da censura tornaria as pessoas capazes de reconhecer a verdade.

Em 1788, Mirabeau aproveita a tácita supressão da censura prévia no momento da Convocação do Conselho dos Estados Gerais – que convida “*todos os sábios e pessoas instruídas*” para manifestar sua opinião – e lança um libelo pela liberdade de imprensa. Tratou-se de uma versão francesa do texto de Milton, no qual Mirabeau apagou as indicações históricas ou religiosas e atualizou as posições de Milton nas áreas em que o pensamento do Iluminismo havia prolongado as teses do século XVII. Isso se deu, sobretudo, em relação à necessária relação entre a liberdade de pensamento e o bom estado da sociedade, e a ideia de avanço na história, pelo qual Mirabeau emprega a palavra ‘progresso’. O subtítulo original *For the Liberty of Unlicensed Printing*, se torna *Sur la liberté de la presse*.

No limiar no século XIX, a Revolução Francesa assegura o princípio da liberdade de expressão. Assim, a Declaração dos Direitos do Homem reconhece, no artigo XI, que “*a livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem. Todo cidadão pode então falar, escrever, imprimir livremente, salvo a responder pelo abuso dessa liberdade nos casos determinados pela lei*”. Para os defensores da liberdade de expressão e de imprensa, a liberdade de expressão era indiscutível. Dever-se-ia discutir a noção de “abuso” analisando se seria melhor impedir os excessos e restringir a liberdade de expressão ou emancipar completamente a palavra.

Em 1806, Benjamin Constant, cuja obra é considerada o início da reflexão liberal sobre o jornalismo, analisa esse impasse:

O arbitrário (...) contra o pensamento poderá sufocar as verdades mais necessárias, assim como reprimir os erros mais funestos. (...) A liberdade de imprensa sendo o único meio de publicidade é, conseqüentemente, quaisquer que sejam as formas de governo, a única salvaguarda dos cidadãos. (...) A liberdade de imprensa remedia dois inconvenientes; ela esclarece a autoridade quando ela se engana, e no mais, ela a impede de fechar voluntariamente os olhos (CONSTANT, 1980, 473; 477).

Circunscrever o uso da palavra sob o argumento de ela pode prejudicar a reputação de alguém, incitar a revolta popular ou a derrubada do poder, é, segundo Constant, mais maléfico que os males que ela pode trazer. Por outro lado, se o Estado tem a autonomia de proibir a manifestação de opiniões, ele vai também impedir a publicidade dos seus atos e a adoção de leis conforme o desejo geral. Mas Constant, não se mostra incondicionalmente favorável à liberdade de imprensa. Para ele, faz-se necessário a adoção de uma legislação para os delitos de imprensa, particularmente “*contra a calúnia, e a provocação à revolta*”.

Na esteira de Constant, Alexis de Tocqueville acredita que os desvios são um pequeno e, às vezes, necessário mal para informar bem o público: “*Eu amo [a liberdade de imprensa] pelos males que ela impede mais do que pelos bens que ela faz. (...) Para colher os bens inestimáveis que assegura a liberdade de imprensa, é necessário saber se submeter aos males inevitáveis que ela faz nascer*” (TOCQUEVILLE, 1961, 185; 188)

Liberdade e identidade profissional

Os diferentes discursos em torno da liberdade de imprensa servem, antes de tudo, para legitimar um modelo de imprensa e de jornalista que se desenvolveu nas últimas décadas nas democracias liberais/ocidentais, cuja base argumentativa foi estabelecida na segunda metade do século XVIII e no início do século XIX. Como vimos acima, foi nesse período que as discussões sobre a imprensa se alicerçavam nas dicotomias entre liberdade e abuso, imprensa e democracia. Quando se compara, por exemplo, o trabalho de jornalistas em regimes democráticos e autoritários geralmente se utiliza da liberdade como um ponto de partida para definir qual seria a identidade ideal desses atores sociais. Assim, existiriam os verdadeiros jornalistas (“livres”) e os demais (“sem liberdade”) e que atuariam numa espécie de simulacro da prática jornalística.

Essa contraposição é caricatural e redutora. Mas, em vários momentos, ela permeia alguns discursos sociais que buscam valorizar ou depreciar diferentes perfis profissionais, tendo sempre como ponto de partida a noção de liberdade de imprensa. Passa-se a valorizar e a legitimar funções ou partes do grupo profissional como integrantes do modelo paradigmático da profissão. Por exemplo, o repórter e a imprensa *livre*. Costuma-se a dizer, por exemplo, que “só o profissional de redação pode ser considerado um verdadeiro jornalista, pois quem trabalha como assessor de imprensa ou como jornalista em veículos institucionais não é *livre*”; ou que “só uma imprensa *livre* dos interesses políticos e econômicos é capaz de informar/esclarecer a população”; ou ainda que “o jornalismo é sério quando está *livre* dos constrangimentos da audiência e pode informar pautando-se pelo interesse público”.

Todos esses discursos evidenciam, em primeiro lugar, problemas identitários que estão estritamente vinculados à noção de liberdade de imprensa. Tais discussões são bastante comuns no jornalismo e nas demais profissões porque remetem à dificuldade de nos prendermos apenas a um mito fundador como único elemento definição de uma determinada identidade ou prática. Se a história de imprensa costuma associar o nascimento do jornalista às garantias legais de liberdade de imprensa, e aos valores da razão (verdade e transparência) e ao questionamento da autoridade, cabe a pergunta: mas, afinal, de que liberdade estamos falando? Ora, da mesma forma que não há um consenso em torno da noção de liberdade – porque ela é instrumentalizada de forma bastante distinta por um empresário e por um representante de um movimento social, por exemplo – tal conceito, na verdade, não garante um ponto de partida que nos permita definir o que é seria um *jornalista livre* e muito menos o que é um jornalista.

Paradoxalmente, a própria noção de liberdade ajudou a construir dois discursos hegemônicos que são fundamentais quando trabalhamos essa identidade profissional: o do jornalista como um profissional liberal e o do jornalista como alguém capaz de descrever objetivamente os fatos.

O primeiro discurso é importante, primeiro porque busca definir um status diferenciado do jornalista dentro das empresas de comunicação. O jornalista não seria um mero empregado, mas alguém que se vincula a um veículo na realização de um trabalho intelectual. Isso se reflete, por exemplo, nas tentativas de definir o jornal como uma instituição pública e não como uma empresa capitalista. Também nas várias iniciativas de controle direto dos veículos pelos jornalistas como forma de descaracterizar a relação patrão-empregado nesse tipo de atividade. É o que fazem os comitês de redatores, as cooperativas de jornalistas ou as mídias alternativas. Traduz-se ainda na criação de salvaguardas legais ou normativas para garantir a independência do jornalista dentro da empresa, como os códigos deontológicos, a lei que dispõe sobre a cláusula de consciência dos jornalistas profissionais na França ou a teoria da responsabilidade social no jornalismo nos Estados Unidos.

Mas o que é fundamental na definição do jornalismo como uma profissão liberal é o modo como esse discurso se articula como a noção de interesse público para legitimar o status do jornalista frente à sociedade. Parte-se da seguinte

premissa: o jornalista trabalha em função do interesse público; logo tudo o que ele diz é importante; e, por isso, ele não deve ser cerceado, pois isso seria um atentado contra toda a sociedade. Tal silogismo garante ao jornalista um status social extraordinário. Primeiro porque legitima suas ações. Segundo porque lhe permite se posicionar na sociedade como alguém que está acima dos interesses de grupos específicos. Se o jornalista serve à coletividade, ele deve se balizar por valores universais. E essa, na verdade, seria a função do intelectual, no sentido mais estrito da palavra, ou seja, o indivíduo que intervém no espaço público em defesa dos direitos do Homem. Esse tipo de vinculação é antigo porque em vários momentos os dois grupos – jornalistas e intelectuais – se confundiam. Claro, atualmente poucos jornalistas se assumem intelectuais, mas os traços dessa relação ainda perduram e estão subjacentes à ideia do jornalismo enquanto atividade humanística e intelectual. Aliás, para muitos, negar essa dimensão intelectual significaria o mesmo que renunciar ao verdadeiro status social de jornalista.

A noção de liberdade de imprensa é também importante para a construção da identidade profissional do jornalista na medida em que está subjacente à ideia de objetividade. Para se constituir como campo profissional, o jornalismo teve de se separar da política e da literatura. Isso, por um lado, envolveu a definição de um conjunto de técnicas, como a reportagem, a entrevista, a técnica do lead e da pirâmide invertida. Implicou também em um lento processo de rejeição do papel político-partidário desse estatuto. Se o jornalista não era mais um político ou um porta-voz de interesses dos grupos sociais, era imprescindível que a sua atividade fosse considerada como *livre* de qualquer censura estatal e doutrina ideológica. Para isso, a noção de objetividade possuía (e possui) um forte componente de legitimação porque afastaria dos discursos sobre a profissão qualquer tipo de acusação de manipulação da realidade pelo jornalista. *“Amparados na fórmula ‘Eu me limito a contar o que sucede’ o jornalista cria e recria (com sua mentalidade, com sua capacidade, com seus compromissos), uma realidade que, sim, pertence a este mundo e que em muitos casos é o mundo tout court”* (ORTEGA; HUMANES, 2000, 20).

Ao se apropriar da noção de objetividade, o grupo de jornalistas pode assumir um novo perfil profissional: o do informante ou mediador sobre o que acontece no mundo. Ele passa a ser visto como o único interlocutor legítimo entre o mundo social e o público, pela sua capacidade de descrever de forma independente o que acontece. Nesse sentido, percebemos uma vinculação forte entre os discursos sobre liberdade e as dimensões técnica e deontológica sobre a profissão. Podemos resumir esse tipo de apropriação da seguinte forma: se o jornalista, para exercer corretamente o seu papel de informante precisa ser livre é necessário que tal função seja exercida com responsabilidade. E o melhor modo de “aprender” a ser responsável é a aquisição (nas faculdades) de um conhecimento técnico sobre a prática profissional. Sem esse tipo de formação cair-se-ia no risco de uma instrumentalização política e econômica da produção jornalística. E, quem faz isso, não pode ser considerado um jornalista de verdade.

Dessas diferentes definições sobre o de jornalista, podemos inferir que a apropriação dos discursos sobre liberdade pelo grupo profissional é sempre

fragmentada (porque dá origem a diferentes perfis identitários) e normativa (porque sempre sugere uma identidade e uma prática ideal). Essas constatações parciais sugerem alguns pontos de discussão que vamos detalhar logo a seguir.

Conclusão

No artigo discutimos a construção da concepção de liberdade de imprensa, enquanto mito fundador do jornalismo, bem como suas relações com o processo de construção da identidade profissional do jornalista. Nosso percurso teórico nos permitiu escapar da dupla tentação de partir da noção de liberdade para construir um perfil ideal do jornalista ou ainda de incorrer na emissão de um discurso normativo, travestido de Ciência, que buscasse também a legitimação dessa profissão. Procuramos, sobretudo, analisar processualidade subjacente aos modos de apropriação de um discurso social (o da liberdade) por um determinado grupo profissional (os jornalistas) na construção da sua identidade e legitimidade frente à sociedade. Nesse sentido, podemos tecer as seguintes considerações:

a) Embora apareça como um conceito neutralizado pelas sociedades ocidentais e pelos próprios jornalistas, a liberdade de imprensa foi resultado de uma formulação prévia, negociada, publicizada, discutida e retrabalhada por diferentes atores decorrer de séculos. Isso explica, por um lado, o forte teor normativo e funcional que sempre esteve subjacente à liberdade de imprensa, e também a diversidade de discursos e de modos de apropriação e instrumentalização desse conceito na sociedade;

b) Esse processo também explica sua utilização pelos jornalistas na construção dos discursos de autolegitimação. Ao falarem em liberdade de imprensa os jornalistas podem justificar sua identidade, vinculando a prática profissional ao próprio funcionamento dos regimes democráticos. Esse tipo de associação permite à categoria resolver antagonismos subjacentes à sua identidade (pela existência de um mito fundador), responder ao debate sobre a qualidade da prática profissional (tachando certas considerações indesejáveis como censura ou cerceamento) e desfrutar de uma posição simbólica extraordinária na sociedade.

c) Finalmente, o discurso sobre liberdade está subjacente à tensão entre uma identidade técnica e intelectual no jornalismo. Tal antagonismo é recorrente nas diversas análises sobre a identidade jornalística e nos parece um ponto de partida interessante na estruturação de estudos sobre esse objeto.

Tais considerações nos permitem situar melhor as investigações sobre a identidade profissional do jornalista. Elas abrem espaço para desenvolvermos uma análise aprofundada do grupo profissional que busque conciliar a arqueologia dos diferentes elementos fundadores dessa atividade (como a liberdade de imprensa) a uma pesquisa de campo junto aos atores envolvidos no cotidiano dessa prática sócio-discursiva.

Notas

¹ Este trabalho se insere no âmbito da pesquisa sobre processos comunicativos no metrô do Rio de Janeiro que realizo com o apoio do CNPq. Uma primeira versão foi apresentada no XIX Encontro da Compós, na PUC-Rio, cidade do Rio de Janeiro, em junho de 2010.

² O metrô do Rio de Janeiro foi concedido à iniciativa privada em 1998 e desde então a concessionária Metrô Rio realiza a operação do sistema. Em 2008 o contrato de concessão foi renovado por mais 20 anos.

³ As estações da Linha 2 são: Pavuna, Engenheiro Rubens Paiva, Acari/Fazenda Botafogo, Coelho Neto, Colégio, Irajá, Vicente de Carvalho, Thomaz Coelho, Engenho da Rainha, Inhaúma, Del Castilho, Maria da Graça, Triagem, Marcanã e São Cristóvão. As 19 estações da da Linha 1 são: Saens Peña, São Francisco Xavier, Afonso Pena, Estácio/RioCidadeNova, Praça Onze, Central, Presidente Vargas, Uruguaiana, Carioca, Cinelândia, Glória, Catete, Largo do Machado, Flamengo, Botafogo, Cardeal Arcoverde, Siqueira Campos, Cantagalo e General Osório.

⁴ Explorei este ponto em “Solidão Povoada”.

Referências Bibliográficas

- BECKER, Howard Saul. *Art worlds*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1982.
- BELLANGER, Claude, GODECHOT, Jacques, GUIRAL, Pierre, TERROU, Fernand. (org.) *Histoire Générale de la Presse Française*. Des origines à 1814. volume I. Paris: PUF, 1969.
- BOURDIEU, Pierre. *À propos de la famille comme catégorie réalisée*. In : ARSS, Número: 100. Décembre 1993.
- CONSTANT, Benjamin. *De la liberté chez les Modernes*. Paris: Livre de Poche, 1980.
- ORTEGA, Felix, HUMANES, Maria Luisa. *Algo más que periodistas. Sociología de una profesión*. Barcelona: Ariel, 2000.
- PARADEISE, Catherine. *Rhétorique professionnelle et expertise*, in Sociologie du travail, Paris: Elsevier, v. 85, n. 1, pp. 17–31, 1985.
- RINGOOT, Roselyne, UTARD, Jean.-Michel. *Genres journalistiques et “dispersion” du journalisme*. In: RINGOOT, R., UTARD, J.-M. (orgs.). *Le journalisme en invention. Nouvelles pratiques, nouveaux acteurs*. Rennes : PUF, 2005 pp. 21-47.
- RUELLAN, D. *Le Professionnalisme du Flou*. Identité et savoir-faire des journalistes français. Grenoble: PUG, 1993.
- STRAUSS, A.L. *Miroirs et masques*. Une introduction à l'interactionnisme. Paris: Métailié, 1992.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *De la démocratie en Amérique*, volume I. Paris: Gallimard, 1961